

**A MODALIDADE COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA EM ARTIGOS DE
OPINIÃO REFERENTES À CURA GAY: UMA ANÁLISE À LUZ DA PRAGMÁTICA**
**THE MODALITY AS AN ARGUMENTATIVE STRATEGY IN OPINION ARTICLES
CONCERNING GAY CURE: AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF PRAGMATICS**

Annie Carolynne Soares Mendes (PPGEL-UFPI/GETOE) ¹
Isael da Silva Sousa (PPGEL-UFPI/GETOE) ²

Resumo: Este trabalho objetiva verificar aspectos da categoria da modalidade como estratégia argumentativa em três artigos de opinião referentes à “cura gay” circuladas em portais online no mês de setembro de 2017. Propomo-nos em verificar o papel da modalidade no que se refere à construção argumentativa desses artigos, além de identificar os marcadores argumentativos que podem implicar na categoria da modalidade linguística. Apoiamo-nos, teoricamente, nos estudos de argumentação e linguagem baseando-se em Koch e Elias (2016) e Levinson (2007), e nos estudos de modalidade tendo como aporte Nascimento (2010), Neves (2016). Pode-se constatar que nos enunciados dos artigos a manifestação/presença do sujeito locutor ocorre de diversas formas por meio da categoria da modalidade. A modalidade deôntica se fez presente na maioria dos trechos de enunciados selecionados para análise. Assim, pode-se inferir que essa estratégia argumentativa recorre porque o sujeito tem a intenção de levar o interlocutor a realizar determinada atividade ou tomar certa atitude em relação ao tema exposto.

Palavras-chave: Pragmática; Argumentação; Modalidade; Artigo de opinião.

Abstract: *This paper aims at verifying aspects of the category of modality as an argumentative strategy in three opinion articles referring to the "gay cure" which circulated in online portals in the month of September 2017. We propose to verify the role of the modality regarding the argumentative construction of these articles, as well as identifying the argumentative markers that can imply in the category of the linguistic modality. We are theoretically supported by the studies of language and argumentation from Koch and Elias (2016) and Levinson (2007), and by the studies of modality from Nascimento (2010), Neves (2016). It was possible to verify in the article statements the manifestation / presence of the speaker subject in various ways by means of the category of modality. The deontic modality was present in most of the excerpts selected for analysis. Thus, it can be inferred that this argumentative strategy is recurrent because the subject intends to lead the interlocutor to perform a certain activity or to take a certain attitude in relation to the exposed subject.*

Keywords: *Pragmatics; Argumentation; Modality; Opinion article.*

¹ Mestranda em Letras/Linguística pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (Biênio 2017-2019). Membro efetiva do Grupo de Estudos da Teoria das Operações Enunciativas – GETOE. E-mail: carolmendes13@gmail.com

² Mestrando em Letras/Linguística pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (Biênio 2017-2019). Membro efetivo do Grupo de Estudos da Teoria das Operações Enunciativas – GETOE. E-mail: isaelsousah@gmail.com

Introdução

Os portais jornalísticos são construídos atualmente por jornais e revistas online, estes constituem um espaço no qual articulistas dedicam-se a relatar eventos ocorridos na sociedade e a expor pontos de vistas refletindo acerca de tais eventos como fatos e notícias. As notícias veiculadas por essas mídias ganham grandes repercussões quando compartilhadas, por exemplo, em redes sociais. Nesses portais, diversos autores fazem uso de estratégias linguísticas a fim de interagir com um público e leitores variados por meio do discurso jornalístico.

Segundo Cunha (2012), a situação de interação, por exemplo, objetivada por essas notícias, ou pelo artigo de opinião, engajam dois agentes (autor e leitor) que assumem posições diferentes. Nessa relação, o sujeito articulista encarrega-se de mostrar, analisar, opinar ou interpretar um fato socialmente ocorrido enquanto o leitor busca o esclarecimento e/ou conhecimento desses fatos. Assim, podemos perceber através das produções de enunciados marcas de modalização responsáveis por manifestar as atitudes do sujeito enunciadador face ao que é dito.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho consiste em analisar a modalização como estratégia argumentativa em três artigos de opinião referentes à “cura gay” circuladas em portais online no mês de setembro de 2017. Propomo-nos em verificar o papel da argumentação na construção desses artigos, além de identificar os marcadores argumentativos que podem implicar na categoria da modalidade linguística.

Para tanto, este trabalho encontra-se ancorado teoricamente nos estudos da Pragmática e nos estudos de argumentação e linguagem baseando-se em Koch e Elias (2016), Levinson (2007), e nos estudos de modalidade tendo como aporte Nascimento (2010), Neves (2016).

Nosso corpus é constituído por 3 (três) artigos de opinião veiculados em três portais jornalísticos, a saber, o portal *Carta Capital e El País Brasil e Estadão*. A escolha desses artigos se deu, em especial, por se tratarem do que ficou conhecido como a liminar da cura gay. Os textos escolhidos para as análises foram publicados no mês de setembro de 2017. Selecionamos esses textos também por aludirem diretamente algo referente à cura gay em 2017, e por se tratar de um momento em

que há uma maior liberdade do movimento LGBT e liberdade de expressão, assim como a divulgação midiática em horário nobre da televisão aberta no Brasil de questões relacionadas à orientação sexual, transgericidade e homofobia.

No que se refere à organização deste trabalho, em um primeiro momento explicitamos a perspectiva teórica da Pragmática e Argumentação, apresentando a relação entre esses dois campos assim como os estudos de modalidade com os quais trabalhamos. Posteriormente, demonstramos nosso movimento de análise e, por último, tecemos algumas considerações finais.

1 As relações entre os estudos da pragmática e argumentação

Os estudos advindos do estruturalismo no séc. XX fizeram com que novos adeptos buscassem cada vez mais os estudos relacionados às análises linguísticas. Os linguistas da Escola de Praga, por exemplo, tiveram um maior interesse pelos estudos das funções desempenhadas pela língua. Assim, na metade do século XX houve uma ruptura com os estudos formalistas feitos até então.

A língua não era mais analisada como um objeto autônomo, cuja estrutura independesse de seu uso comunicativo. A concepção de língua compreendia, a partir de então, em percebê-la como um instrumento comunicativo, maleável e oriunda das diversas situações de comunicação.

Neste sentido, segundo Weedwood (2002), na metade do século XX, surge o que ficou conhecido como “guinada pragmática”, ou seja, estudos que olhavam para fatores que se relacionavam à língua em uso. Segundo Fiorin e Discini (2013, p.182), a pragmática leva em consideração “a estrutura da linguagem e seu uso, o que fora deixado de lado pelas correntes anteriores da linguística, que criaram outros objetos teóricos”.

Assim, o estudo do uso é visto pelos autores supracitados como necessário, pois uma expressão ou palavra pode abarcar diversas acepções em determinados contextos e situações concretas de fala. Conforme Levinson (2007), o termo pragmática oferece algumas possibilidades na qual cada uma pode ser explorada de tal maneira que evoque diversos âmbitos para o campo. O referido autor, apresenta algumas críticas relacionadas a pluralidade de conceitos que envolvem o âmbito da

pragmática e confirma que nenhuma delas contribui de fato para um conceito específico. Levinson (2007) apresenta a pragmática vista como “o estudo da dêixis (pelo menos em parte, da implicatura, da pressuposição, dos atos de fala e dos aspectos da estrutura discursiva)” (LEVINSON, 2007, p. 32).

Com o interesse cada vez maior por se estudar a linguagem em uso, os sujeitos através do conhecimento que temos da língua e do mundo, as formas de interagir através da língua em sociedade, e pelo interesse em se estudar a construção do sentido e significado por meio dos textos (orais ou escritos) é que os estudos da argumentação e linguagem sob um viés linguístico desenvolveram-se cada vez mais a partir dos estudos de Oswald Ducrot.

Conforme Charaudeau (2009), Ducrot distinguia de um lado o estudo do raciocínio linguístico, confrontado pelas linguísticas formais e o estudo da argumentação o qual “tem por função orientar a sequência do discurso e, portanto, representar uma maneira de agir sobre o outro (interlocutor ou destinatário)” (CHARAUDEAU, 2009, p. 2002).

Para Koch e Elias (2016), o processo da argumentação perpassa por toda nossa vida, pois desde muito cedo aprendemos a argumentar por diversos interesses, razões, saberes, entre outros. Os argumentos estão presentes dessa forma, quando pensamos em convencer o nosso interlocutor em relação a posições que assumimos ou ao construir a validade desses argumentos.

Neste viés, podemos entender que argumentar se trata de uma atividade a qual demanda organização, estruturação e que se constitui em defesa de um ponto de vista. Os autores trazem a concepção de Charaudeau (2008) a qual considera que argumentar é uma atividade discursiva em que o locutor visa influenciar seu interlocutor por meio de argumentos.

Baseando-se nesta perspectiva, os autores supracitados trazem três condições propostas por Charaudeau (2008) as quais seriam necessárias para que a argumentação exista, são elas:

- i) Uma proposta que provoque em alguém um questionamento, quanto a sua legitimidade;
- ii) Um sujeito que desenvolva um raciocínio para demonstrar a aceitabilidade ou legitimidade quanto a essa proposta;
- iii) Um outro sujeito que se constitua alvo da argumentação. Trata-se da pessoa a quem se dirige o sujeito que argumenta, na esperança de conduzi-la a compartilhar da mesma convicção, sabendo que ela pode aceitar (ficar a favor) ou refutar (ficar contra) a argumentação.

Fonte: Koch e Elias (2016)

Neste sentido, argumentar está relacionado a uma combinação de diferentes elementos, que exigem do sujeito uma posição e uma construção de um ponto de vista. O sujeito então recorre às experiências individuais e sociais em um determinado tempo e espaço tendo em vista uma finalidade de persuadir o interlocutor.

Desta forma, veremos a seguir como a categoria da modalidade pode contribuir como uma estratégia argumentativa e como pode estar relacionada aos textos de opinião, mostrando assim, a posição do sujeito locutor em relação ao que é dito.

2 A categoria da modalidade sob um viés semântico e pragmático

As reflexões sobre a noção de modalidade tiveram um enfoque, ao longo do tempo, em diversas áreas de estudo. De início, a teoria lógica do filósofo Aristóteles foi a primeira contribuição, conforme Neves (2012), para os estudos de modalidades. Sua teoria baseava-se em quatro discursos nos quais se destacavam conceitos de *probabilidade*, *verossimilhança*, *certeza* e *possibilidade*. Desde então, outros campos como linguística contemporânea tiveram grande importância ao impulsionarem as pesquisas sobre as modalidades linguísticas.

É Charles Bally que reinstaura no campo da linguística, segundo Paveau e Sarfati (2006), a noção de modalidade reelaborando a distinção entre o *modus* e o *dictum*, ou seja, a maneira de dizer e o que é dito. Assim, na visão de Bally, segundo

os autores, a modalidade de enunciação “refere-se à relação subjetiva que o locutor instala com o locutor” (2006, p.183). Neste momento, a modalidade é entendida como uma série de elementos que indicam o *dictum*, podendo ser julgado ou não, realizado ou não, aceito ou não, entre outros.

Travaglia (1991) define modalidade como a indicação da atitude do falante em relação ao que se diz; a explicitação de sua atitude face à situação que exprime numa proposição; a expressão do julgamento do locutor etc. (TRAVAGLIA, 1991, p. 66). Assim, as modalidades são entendidas como categorias que constroem o enunciado.

Corroborando com o autor supracitado, Nascimento (2010) entende o fenômeno da modalização ou modalidade como “estratégia argumentativa que permite a um locutor, responsável pelo discurso, imprimir em um enunciado uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo de sua enunciação ou sobre a própria enunciação.” (NASCIMENTO, 2010, p. 3). O autor também destaca que esse fenômeno pode recair de duas formas, ora “sobre o enunciado, parte deste ou sobre todo o texto”, ora “sobre o enunciado de outrem, de um segundo locutor ou interlocutor.” (2010, p. 3). Adiante, mostraremos os três conceitos de modalidade, baseando-se em Nascimento (2010).

A modalidade epistêmica é a categoria gramatical que diz respeito ao grau de conhecimento do sujeito locutor. A partir desse conhecimento/saber/crença é que os valores são construídos no enunciado. Conforme Nascimento (2010), a modalidade epistêmica pode se constituir de três modos: asseverativa, quando o sujeito considera verdadeiro todo o enunciado; quase asseverativa, quando o sujeito considera a proposição quase-certa; e a delimitadora, quando o sujeito estabelece limites para considerar o que é dito como verdadeiro.

A modalidade apreciativa refere-se à atribuição de um juízo de valor construído pelo sujeito em relação a um determinado estado de coisas que pode ser desejável ou não. Nessa modalidade o sujeito locutor constrói um juízo de valor ou uma apreciação sobre um enunciado já validado ou não, por exemplo, *Felizmente, Maria veio à festa*. Neste caso, o valor apreciativo encontra-se lexicalmente marcado pelo advérbio *felizmente* que incide o caráter avaliativo sobre todo o enunciado.

A modalidade deôntica ou modalidade intersubjetiva corresponde às relações entre sujeito locutor e interlocutor. Nesta modalidade o sujeito enunciador age direta ou indiretamente sobre o interlocutor, levando-o a realizar determinada atividade ou tomar certa atitude, por exemplo, *Maria tem que ir à festa*. Adiante, mostraremos os passos metodológicos que nortearam a efetivação dessa pesquisa.

3 Percorso Metodológico

Nosso corpus é constituído por 3 (três) artigos de opinião veiculados em três portais jornalísticos, a saber, o portal *Carta Capital e El País Brasil e Estadão*. A escolha desses artigos se deu, em especial, por se tratarem do que ficou conhecido como a liminar da cura gay, além de terem sido compartilhados e circulado na mídia. Os textos escolhidos para as análises foram publicados no mês de setembro de 2017.

Após a separação dos três artigos, fez-se um trabalho de análise que consistia em verificar marcas de estratégias linguísticas que contribuíam para argumentação do sujeito em relação ao tema (liminar “da cura gay”). Neste sentido, verificou-se apenas a categoria da modalidade baseada em Nascimento (2010) como estratégia argumentativa. Após o recorte dos trechos, analisou-se aqueles que faziam referência às modalidades epistêmica, deôntica e avaliativa.

4 Análises e Discussão

A mídia, responsável pela grande circulação e produção de sentidos, estabelece por meio das notícias, estratégias que visam acontecimentos discursivos e argumentativos que têm um grande papel social na medida em que desloca conceitos e noções antes concebidas. Neste sentido, vimos surgir no mês de setembro de 2017 uma liminar concedida pela 14^o vara do Juízo Federal que concedia uma abertura para suspensão dos efeitos da resolução de nº 001/1999, a qual estabelecia normas de atuação para psicólogos em relação às questões referente à orientação sexual.

Diante deste cenário, vimos diversas notícias serem propagadas na mídia assim como memes, textos de opinião e uma série de discussões acerca do que ficou conhecido como liminar da cura gay. Antes da resolução nº 001/1999 da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil já havia deixado de considerar a homossexualidade como doença patológica mesmo antes de ter sido retirada da lista do CID – Conselho Internacional de Doenças.

Neste viés, os trechos dos artigos de opinião analisados aqui, seguem a mesma temática já discutida acima. Levando em conta nosso objetivo, consideremos alguns valores modais nos enunciados abaixo:

(1) *“Em termos simples, o pesquisador **deve ser** um eterno estudante (...)”*

(2) *“Um psicólogo clínico **deve operar** de acordo com os protocolos da ciência, por isso importa o que diz a OMS sobre homossexualidade não ser doença.”*

(3) *“Um psicólogo que deseje desafiar os consensos do campo **deve se submeter** às regras da ciência...”*

Nos casos (1), (2) e (3) podemos perceber que o marcador modal *dever* constitui uma estratégia argumentativa intersujeitos uma vez que o locutor age direta ou indiretamente sobre o interlocutor/leitor. Esse tipo de modalidade é caracterizada como deôntica, na qual o locutor corresponde a um determinado estado de coisas, por exemplo, em (2) e (3), *deve operar* e *deve se submeter* fica evidente que o locutor impõe uma ação descrita nos enunciados. Já em 1, a relação do modal *dever* atrelado ao verbo *ser* nos indica um sentido de *ser preciso*, constituindo não necessariamente uma ordem mas um estado de coisas. Podemos perceber que esse tipo de modalidade traz uma força argumentativa no que diz respeito ao tema da liminar, principalmente as atitudes que poderiam ser tomadas pelos psicólogos que defendem o projeto de lei. Vejamos outros exemplos:

(4) **Não se deve** só ajudar homossexuais a “se aceitarem”, mas a superar as sequelas deixadas pela homofobia”

(5) “A homossexualidade **não pode ser** considerada uma doença. Nós a consideramos como uma variante da função sexual, escreve Freud.”

Em (4) e (5) o valor da modalidade deôntica é construída no eixo da proibição. Em (4) diferentemente, o locutor age diretamente sob o enunciado logo sob seu interlocutor, tendo em vista que o valor recai não só sobre a expressão mas no enunciado como um todo (*não se deve só ajudar...mas [também] a...*). Em (5) o valor da proibição é expressa indiretamente pois o locutor utiliza-se de uma estratégia argumentativa conhecida como mediativo, ou seja, ele valida o enunciado baseando-se em outra fonte, a quem ele recorre, no caso acima, a fonte seria *Freud*. Vejamos outros exemplos:

(6) “**Devemos lembrar que a psicologia não pode curar** alguém que não esteja doente, e sim ajudar os homossexuais a se sentirem normais...”

(7) “**Precisamos que** psicólogos pesquisadores estejam nas universidades(...) **queremos** boas ideias submetidas ao escrutínio da comunidade acadêmica”

Nos enunciados (6) e (7), os valores modais construídos a partir dos verbos *dever* e *precisar* flexionados na primeira pessoa do plural correspondem à construção da modalidade deôntica. Entretanto, diferentemente dos casos (2) e (3), o locutor não age de forma direta sobre seu interlocutor mas indiretamente incluindo-se no enunciado. O domínio em (6) do modal *dever* não tem um valor estritamente de ordem, mas assim como em (7) de *ser preciso/necessário* que algo ocorra. Desta forma, quando o locutor se inclui nessa relação o grau de aproximação com o interlocutor se torna maior. Ainda em (7), temos o verbo modal *querer*, também flexionado na primeira pessoa do plural. Aqui, também caracteriza-se como modalidade intersubjetiva, entretanto, está no domínio do *desejo* ou *volição*

marcando a vontade do locutor que se inclui no enunciado validando a construção do valor modal. A seguir outros exemplos:

(8) “Por um lado **acredito que** nenhum psicólogo deveria acolher essa demanda de seus pacientes, porque simplesmente não há evidências científicas que sustentem sua eficácia.”

(9) “Então deixo nas mãos do leitor. Quem chegou até aqui **deve ter percebido** que, muitas vezes, ao nos aprofundarmos numa questão complexa e com tantas nuances torna-se mais difícil – e não mais fácil – firmar uma posição”.

Em (8) podemos verificar um outro caso de modalidade, a epistêmica, a qual exprime um certo grau de certeza, incerteza ou conhecimento do locutor em relação ao que é dito. Neste caso, o locutor ao se utilizar da marca modal *acredito que*, ele assume um conhecimento construído com um valor de asserção estrita positiva validando o enunciado. Já no enunciado (9), o locutor ao se posicionar de forma direta ao interlocutor, utiliza o verbo modal *dever* constituindo não um sentido de obrigação, mas de *possibilidade*. No exemplo a seguir, podemos perceber um caso especial referente à modalidade epistêmica:

(10) “**Até que ponto cabe à justiça deliberar sobre as práticas de saúde?**

Talvez você já tenha lido as manchetes dizendo que a justiça autorizou os psicólogos a tratarem a homossexualidade como doença.”

A modalidade epistêmica corresponde no enunciado (10) à *interrogação retórica*. O sujeito locutor compartilha um conhecimento, que na verdade, não tem a intenção de marcar dúvida e provocar uma resposta mas sim instigar o interlocutor/leitor em relação ao que foi dito. Segundo Neves (2012), as interrogações podem constituir dessa forma, asserções capazes de empreender um jogo argumentativo construído no enunciado do texto, se tratando de uma estratégia argumentativa muito comum no discurso jornalístico.

5 Considerações Finais

Nos enunciados podemos perceber a manifestação/presença do sujeito/locutor de diversas formas por meio da categoria da modalidade. O sujeito escolhe o léxico, os termos que constroem o enunciado.

Assim, é perceptível por meio da modalidade tomadas de posição na validação de um enunciado. Observou-se que, a partir das análises dos enunciados dos artigos, percebemos como a opinião é construída pelo sujeito /locutor a partir das estratégias argumentativas utilizadas. A modalidade deôntica se fez presente na maioria dos trechos de enunciados selecionados para análise. Assim, pode-se inferir que essa estratégia argumentativa recorre porque o sujeito tem a intenção de levar o interlocutor a realizar determinada atividade ou tomar certa atitude em relação ao tema exposto.

Neste viés, segue-se o entendimento de que o sujeito/locutor pode expressar, nos artigos de opinião, graus de aproximação e/ou distanciamento em relação ao que é dito através de diversos recursos linguísticos que, por meio da argumentação, tem como finalidade persuadir o interlocutor/leitor a tomar uma posição/atitude e/ou refletir sobre os fatos ocorridos em relação ao tema dos artigos.

Referências

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2009.

CUNHA, Gustavo Ximenes. A articulação discursiva do gênero artigo de opinião à luz de um modelo modular de análise do discurso. **Filologia linguística portuguesa**, n. 14(1), 2012. p. 73-97

FIORIN, J. L.; DISCINI, N. **O uso linguístico**: a pragmática e o discurso. In: FIORIN, J. L. (org.). *Linguística? Que é isso?*. São Paulo: Contexto, 2013.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. Tradução: Luís Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 1-64

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **A modalidade deôntica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas.** Fórum linguístico, Florianópolis, 2010.

NEVES, Janete dos Santos Bessa. **Corre voz no jornalismo do início do século XIX: estudo semântico-enunciativo do Correio Brasiliense e da Gazeta de Lisboa.** Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

PAVEAU, Marie-Anne. SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática.** Trad. M.R. Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 172-189

TRAVAGLIA, Luis Carlos. **Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil.** 1991. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas: SP, p. 66-70.

WEEDWOOD, Bárbara. **História concisa da linguística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2002.